

- 8 DEZ 1985

JORNAL DO BRASIL

Sob as garras da dívida.

Barbosa Lima Sobrinho

REDUZIR, e não aumentar o total da dívida externa, deve ser o objetivo, ou o programa mínimo do atual Governo. E, sob esse aspecto, o Plano Baker, de que se está falando com simpatia, não teria outro resultado do que o agravamento do endividamento brasileiro, uma vez que se apresenta como oportunidade para receber novos créditos, destinados, de certo, a cobrir o vencimento do prazo de dívidas anteriores. Não diz o plano cousa alguma a respeito dos juros, que Joelmir Betting considerou "subversivos", e Fidel Castro foi além, classificando-os como "obscenos". E a própria dívida continua sem alteração, com o seu total acima das possibilidades de pagamento dos devedores.

Nesse ponto, a argumentação de Fidel Castro se nos afigura irresponsável, reduzida a números realmente assustadores. Na excelente entrevista que concedeu ao jornalista Regino Diaz, do jornal Excelsior, do México, Fidel Castro se limita à apresentação de algumas hipóteses que vai formulando, traduzidas em algarismos que dizem mais do que palavras, por mais veementes que fossem as palavras.

A primeira hipótese admite um prazo de 20 anos para o pagamento do principal, satisfazendo-se com a cobertura dos juros vencidos, calculados na base de 10%, o que parece já envolver algumas concessões. Mas, mesmo assim, a dívida de toda a América Latina levaria ao pagamento de 400 bilhões de dólares nos próximos dez anos, e mais 500 bilhões de dólares nos 10 anos subsequentes. Em 20 anos, a América Latina teria transferido para os credores 900 bilhões de dólares, quase um trilhão de dólares, "sem levar em conta, (comenta Fidel Castro) seus enormes problemas econômicos e o desenvolvimento ainda para realizar. Teríamos que extrair, das modestas economias da América Latina, quase um trilhão de dólares para remeter a países capitalistas e industrializados". Uma contribuição que se nos afigura irreal. "Isso é possível?" Pergunta o dirigente cubano, mesmo supondo que a dívida não venha a aumentar no decurso desses vinte anos. E supondo a redução dos juros a 10%, quando há empréstimos onerados com juros de cerca de 20%.

Numa segunda hipótese, admitindo que cada país contribuisse com 20% de suas exportações (o Presidente Alan Garcia, do Peru, sugere 10% das exportações) e que os juros não fossem além de 10% ao ano, as exportações da América Latina não representam, em conjunto, calcula Fidel Castro, mais de 100 bilhões de dólares. Mesmo supondo que essas exportações cresçam, e tomando por base a remessa de 20 bilhões de dólares por ano, encontrariam, no termo do período, ainda uma dívida superior a 1.161 bilhões de dólares. Não se teria, pois, resolvido nada.

A terceira hipótese tomaria por base um prazo de 10 anos para a suspensão da amortização, e que os juros continuassem a não ultrapassar a 10% ao ano. Isso significaria um alívio de 10 anos, mas haveria que pagar, em 20 anos, 1.447 bilhões de dólares. Mesmo que a redução dos juros descesse para 6%, e 10 anos de prazo para a

amortização do capital, mesmo assim haveria que pagar 857 bilhões de dólares. Isso mesmo, na conclusão do governante de Cuba, seria absurdo, o que o leva à afirmação de que a dívida atual é impagável. Ou que valeria por um sacrifício que estaria muito acima das forças e das possibilidades da América Latina.

A realidade é mais grave e mais assustadora do que nos diz Fidel Castro, uma vez que ninguém parece admitir a redução dos juros exigidos. Nenhum banqueiro fala em transigir, e os devedores ainda não chegaram a coordenar os seus pleitos. E o que está acima de qualquer dúvida é que nenhum dos países devedores está em condições de satisfazer o próprio serviço de juros dos empréstimos contraídos. Veja-se o caso do Brasil. Considere-se o enorme esforço que está fazendo, com prejuízo para o progresso tecnológico de sua indústria, para obter saldos no seu balanço comercial. E tanto não chega para cobrir o serviço de juros da dívida externa, que o país está sonhando com algum plano Baker, que dê cobertura à totalidade do serviço de juros. Seja qual for a solução adotada, esse déficit, no serviço de juros, aumentará o total da dívida existente.

Que resultará de tudo isso senão a realidade daquela bola de neve que, à medida que vai rolando, aumenta de peso e proporções? E isso vem desde a fase do que se chamou, de certo que impropriamente, Independência Nacional, num país que continua, cada vez mais, dependente e subordinado ao capitalismo internacional. Não existe, à vista de quem quer que seja, algum plano que signifique a redução da dívida. Tudo se reduz a esforços para alcançar a quitação dos juros. E como nem assim se chega a uma conclusão que concilie interesses, no terreno das possibilidades, o resultado é esse que aí está, com viagens aéreas quase obrigatórias, para não se conseguir senão palavras e propostas incertas, que nem de longe mereçam o rótulo de decisões.

Será que é assim tão difícil verificar, e comprovar, que estamos diante de uma realidade, que nos coloca, a todos os países devedores, os da América Latina como os do Terceiro Mundo em geral, em face de uma impossibilidade? Nem se diga que a culpa é tão-somente dos devedores. Os banqueiros, que procuravam aliviar as caixas dos petrodólares que estavam sobrando, não podiam ignorar as condições financeiras dos países que pleiteavam empréstimos. E cheguei a hesitar no admitir que tivesse havido esse pleito. Não estaríamos em face de empréstimos que foram oferecidos, talvez mesmo empurrados pelos banqueiros, à cata de quem viesse pagar, ou prometer pagar os juros dos depósitos dos petrodólares?

A solução, pois, não depende da vontade de quem quer que seja. Terá que vir, necessariamente, das possibilidades de cada devedor. Ou será que já apareceu, no mundo, quem resolvesse os problemas do impossível?

Já é hora de os banqueiros aprenderem, com a experiência, que os compromissos dos credores encontram, no possível, o seu limite intransponível. Tanto mais que não estão pagando por inocentes. Os banqueiros não podiam ignorar as condições econômicas dos devedores, e pecaram mais por conveniência própria do que por excesso de confiança.